

Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais

ISSN: 2238-8052

<http://www.revista.ufpe.br/revistamseu>

Artigo recebido em 02/05/2017 e aceito em 10/07/2017.

MOVIMENTOS SÓCIO-TERRITORIAIS URBANOS: A RESISTÊNCIA DOS SEM-TETO DO 'QUILOMBO LUCAS DA FEIRA' (FEIRA DE SANTANA-BAHIA-BRASIL)

*MOVIMIENTOS SOCIO-TERRITORIALES URBANOS: LA RESISTENCIA DE LOS
SIN TECHO DEL 'QUILOMBO LUCAS DA FEIRA' (FEIRA DE SANTANA-BAHIA-
BRASIL)*

Oriana ARAUJO¹

RESUMO

O artigo apresenta uma caracterização da Ocupação Quilombo Lucas da Feira, em Feira de Santana, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Bahia (MSTB), no Estado da Bahia, no Brasil. O texto resulta de pesquisa bibliográfica, da sistematização de dados secundários, além dos primários - advindos de trabalhos de campo, da observação simples e da aplicação de entrevistas não estruturadas e semiestruturadas realizadas com acampados e coordenação do MSTB. Realizamos uma breve caracterização do crescimento urbano, do déficit habitacional e da exclusão social em Feira de Santana. Investigamos as principais ações sócio-espaciais da luta empreendida, seus mecanismos de gestão interna, articulação externa e relação com outros agentes produtores do espaço urbano. A 'Ocupação Quilombo Lucas da Feira' que já possuiu 87 famílias acampadas, conta com 34 famílias efetivamente acampadas, 22 casas construídas e diversos barracos: protagonistas da resistência em busca de uma (re)existência.

Palavras-chave: Feira de Santana, déficit habitacional, moradia, exclusão social, MSTB.

RESUMEN

El artículo presenta una caracterización de la Ocupación Quilombo Lucas da Feira, en Feira de Santana, vinculado al Movimiento de los Trabajadores Sin Techo de Bahía (MSTB), en el Estado de Bahía, Brasil. El texto es resultado de investigación bibliográfica, de la sistematización de datos secundarios, además de los primarios - provenientes de trabajos de campo, de la observación simple y de la aplicación de entrevistas no estructuradas y semiestructuradas realizadas con acampados y coordinación del MSTB. Realizamos una breve caracterización del

¹ Professora assistente do curso de Geografia (Universidade Estadual de Feira de Santana). Doutoranda em Geografia (Universidade de Santiago de Compostela). E-mail: orianageo@gmail.com.

crecimiento urbano, del déficit habitacional y de la exclusión social en Feira de Santana. Investigamos las principales acciones socio-espaciales de la lucha emprendida, sus mecanismos de gestión interna, articulación externa y relación con otros agentes productores del espacio urbano. La "Ocupación Quilombo Lucas da Feira" que ya posee 87 familias acampadas, cuenta con 34 familias efectivamente acampadas, 22 casas construidas y diversos barracones: protagonistas de la resistencia en busca de una (re) existencia.

Palabras clave: Feira de Santana, déficit habitacional, vivienda, exclusión social, MSTB.

1. MORADIA NEGADA, CIDADE QUESTIONADA

Esse texto discute a questão do déficit habitacional e da luta pelo acesso à moradia na cidade de Feira de Santana, exemplificada a partir da análise da Ocupação Quilombo Lucas da Feira, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Bahia (MSTB).

A negação do acesso às condições para a realização da 'soberania' individual ou familiar sobre um espaço – o território –, impede o exercício da territorialidade mínima humana, onde encontramos proteção, aconchego, abrigo (HAESBAERT, 2010), já que ter onde viver é uma necessidade humana básica e um direito 'garantido' na Constituição Federal Brasileira, em seu sexto artigo, no segundo capítulo (BRASIL, 1988) e pela Lei n. 10.257, conhecida como Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001). Entretanto, esse direito é propositalmente negado pelos agentes hegemônicos atuantes na produção do espaço urbano brasileiro, que tratam de desconsiderar os marcos regulatórios que representam 'conquistas' dos movimentos sociais, fazendo com que não se efetivem de fato nas situações cotidianas, conforme argumenta Maricato (2011).

Destarte, conforme a velha *práxis* brasileira, há legislação suficiente, mas esta sucumbe – por mecanismos e vias diversas - aos interesses dos agentes hegemônicos que produzem a cidade para o lucro e não para o bem viver de todos, como desejam os movimentos de luta pela habitação na América Latina. Por essa razão, os terrenos e imóveis urbanos não cumprem sempre sua função social na cidade, de modo que as Leis não se efetivam, embora existam de fato.

Obviamente o resultado do modelo capitalista associado à parca atuação estatal no sentido de promover a qualidade de vida equitativa, é a exclusão social e territorial, que empurra as pessoas a viverem em áreas inóspitas para a habitação, em barracos improvisados, loteamentos irregulares, em moradias alugadas, em cortiços, ou diretamente nas ruas, criando as áreas hiperdegradadas das cidades, às quais se refere Davis (2014).

Em contrapartida, esse 'descaso' promove a luta dos mais pobres pela conquista da cidadania, questionando a propriedade privada que não cumpre sua função social, como ocorre em Feira de Santana, na Ocupação de Sem-Teto 'Quilombo Lucas da Feira', objeto desse estudo,

cuja população enfrenta cotidianamente uma série de dificuldades que as distanciam do ‘modelo de civilidade urbana’, conforme nos indica Porto-Gonçalves (2010, p. 101)

A ideologia do urbano como ‘modelo de civilidade’ não corresponde à realidade cotidiana onde estão 70% da população do planeta. Dos quase 3 bilhões de urbanos (2,923 bilhões), cerca de 924 milhões estão em favelas, sendo que dessa população favelada, 94% está na África, na Ásia, na América Latina e na Oceania, segundo a ONU. Ou seja, a população vivendo em favelas no mundo é maior do que a população total dos países desenvolvidos (Canadá, EUA, Japão e Europa).

O questionamento dessa situação ocorre também por mecanismos e vias tão distintas e variadas quantos são os agentes contra-hegemônicos da produção da cidade para o lucro. Trata-se da busca pela função social da cidade, da busca de condições de vivência urbana com dignidade, da busca pela aplicação das Leis brasileiras que garantem os direitos humanos, dentre os quais o direito à moradia, que lhes permite a fixação sobre o território, uma vez que de acordo com Pedon (2013, p. 199): “A preposição *sem* designa ausência de lugar, sugere o sentido de privação, da falta e da exclusão. No caso dos sem-teto, a denominação não faz referência a casa, mas sim ao território que lhe permite ser soberano sobre um espaço, sem o qual não passa de um nômade”.

Envolvidos diretamente na luta pela moradia no Brasil, os ‘Sem-Teto’, como são conhecidos os ocupantes de terrenos e prédios urbanos, que estão servindo à mera especulação imobiliária, utilizam diferentes estratégias de luta para a reversão da situação em que se encontram, enfrentando uma série de dificuldades, especialmente a insalubridade nas ocupações, a exemplo dos que vivem atualmente na Ocupação Quilombo Lucas da Feira, existente desde 2011.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

A adoção de uma perspectiva de investigação dos movimentos sociais urbanos e sua espacialidade/geograficidade (PORTO-GONÇALVES, 2006) ou como prefere SOUZA (2013), suas práticas espaciais cotidianas a partir de uma interação mais próxima, imersa no “mundo da vida” diária que acontece na escala “nanoterritorial” de uma ocupação Sem-teto, requer o cuidado de uma pesquisa atenta à autonomia desses agentes, mas também vigilante em relação às limitações do senso comum.

Antes de examinarmos o universo particular do Acampamento Quilombo Lucas da Feira, recorreremos à pesquisa dos dados que nos auxiliaram a compreender o déficit habitacional de Feira de Santana, que é o cerne da luta por moradia. Os dados secundários foram colhidos

diretamente dos microdados do Censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, foram selecionados, tabulados e discutidos indicadores da população que auxiliaram na compreensão sobre a expansão urbana e exclusão social em Feira de Santana, pelo menos do ponto de vista quantitativo, haja vista que elementos como o desejo ou não de morar de aluguel não puderam ser considerados, devido à indisponibilidade do dado.

A imersão no universo do Quilombo Lucas da Feira ocorreu a partir da realização de trabalhos de campo (Feira de Santana, 09/07/2014 e 16/07/2014), com objetivos diferentes, que variaram desde a primeira aproximação para o estabelecimento de contatos e escolha de prováveis entrevistados e para a observação direta da realidade investigada, conforme a perspectiva apontada por Ramires e Pessôa (2013), bem como, na sequência para a aplicação de entrevistas informais e formais (semiestruturadas), como indicadas por Moreira (2007), na tentativa de “[...] captar formalmente a fala sobre determinado tema.” (MINAYO, 2013, p. 66), haja vista “[...] a possibilidade que tem a *fala* de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir por meio de um porta-voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor.” (MINAYO, 2013, p. 63). Ademais, nos trabalhos de campo, foram adquiridas fotografias que registram o difícil cotidiano no Quilombo Lucas da Feira. Realizou-se uma entrevista em Salvador, em 13/03/2015, com a coordenação estadual do MSTB, haja vista não termos conseguido contato com uma liderança local.

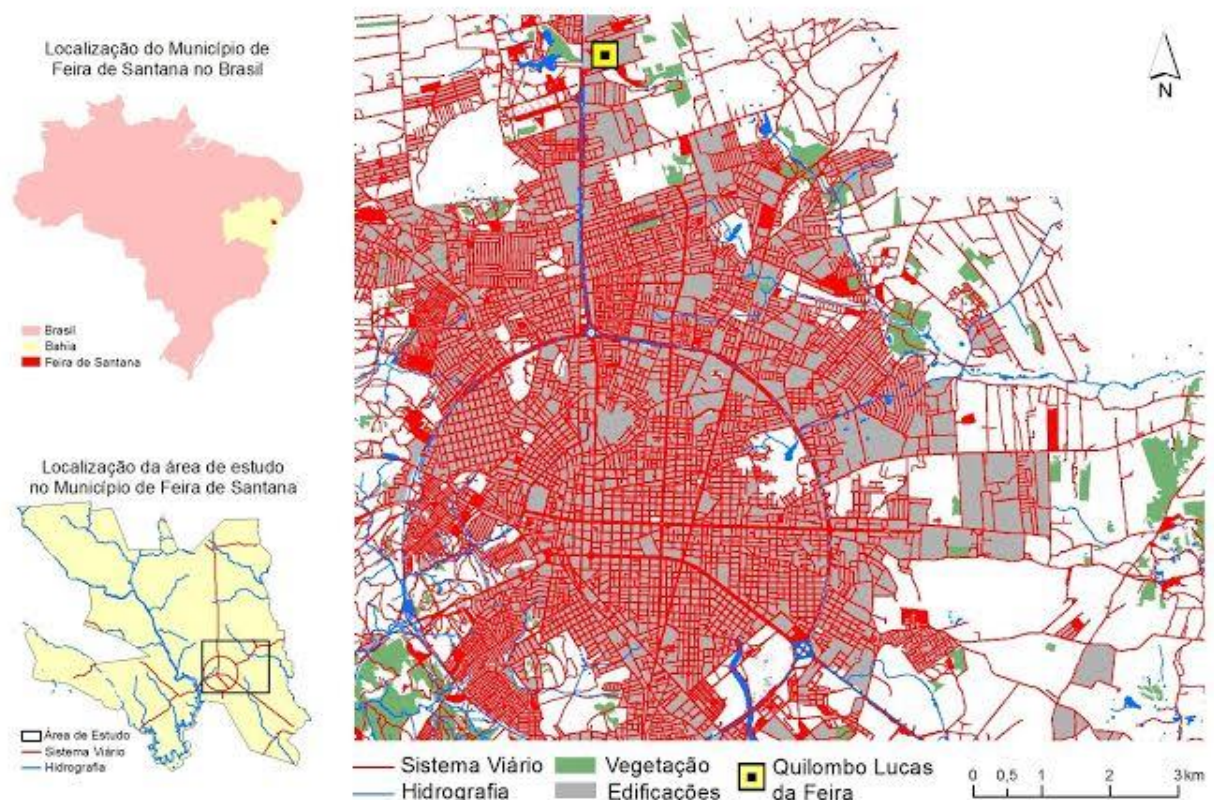
Os dados primários foram coletados junto aos próprios ocupantes, que possuem anotações bastante confiáveis acerca da população efetivamente acampada. Destacamos que esses números não revelam as pessoas que estão cadastradas pelo MSTB e que, por diversas razões, a exemplo das pessoas que saem provisoriamente do acampamento em busca de melhores condições de moradia momentâneas (como aluguel ou moradia com parentes), mas apoiam as ações de luta e se encontram aptos à posse da terra pela qual militam, mesmo sem moradia efetiva no acampamento.

Consideramos o contingente populacional e flutuação dessa população desde o início da ocupação até 2014 e identificamos as principais ações sócio-espaciais da luta empreendida, além dos mecanismos de gestão internas e articulação externas. Ademais, investigamos a relação dos acampados com os demais agentes: proprietário fundiário, Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Estado, polícia, apoiadores, poder judiciário e o próprio MSTB. A consulta bibliográfica constituiu o referencial teórico essencial para o embasamento das discussões e análises aqui realizadas.

3. FEIRA DE SANTANA, ACESSO À MORADIA E O DÉFICIT HABITACIONAL

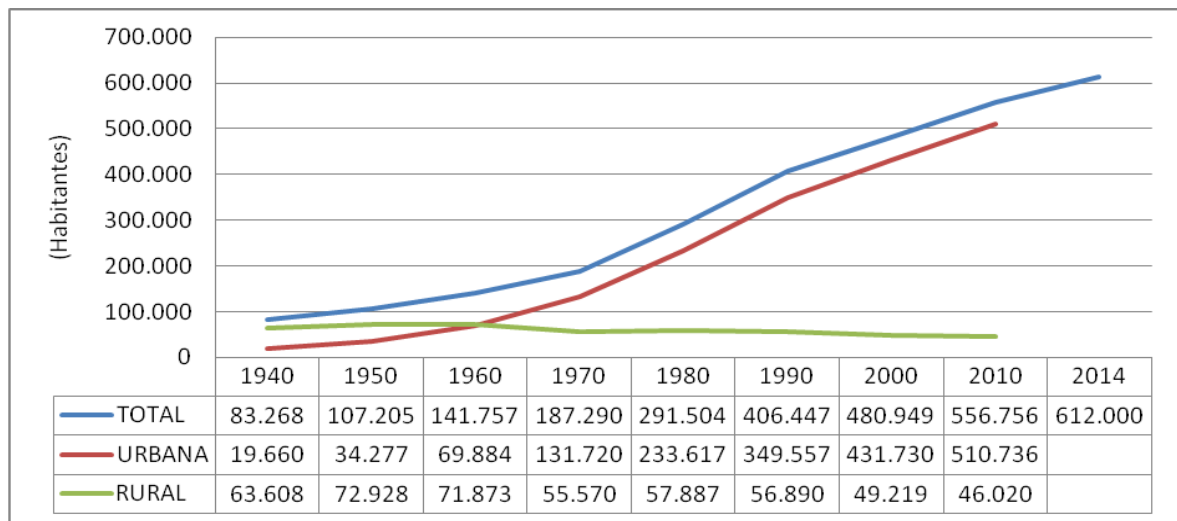
Feira de Santana é a segunda maior cidade do Estado da Bahia, no Brasil (Figura 01) e situa-se a 110 km da capital do Estado, Salvador, com a qual articula-se e possui atividades econômicas complementares. Em relação ao interior do Estado, é considerada a ‘porta de entrada do Sertão’, sendo conhecida como “Princesa do Sertão”, constituindo-se na cidade receptora de uma infinidade de fluxos não providos nas pequenas cidades da Bahia, essencialmente os comerciais – função típica da cidade -, desde o período colonial (quando prevaleciam as feiras livres), além de serviços desenvolvidos mais recentemente, como serviços de saúde, que atraem um contingente populacional diário razoável, além dos educacionais. Ademais, a cidade conta com um importante centro industrial, desde 1970.

Figura 01: Localização de Feira de Santana e do Quilombo Lucas da Feira.



O forte crescimento urbano, fez com que a população urbana, que era um pouco menor do que a rural na década de 1960, atingisse mais que o dobro desta última na década de 1970, crescendo substancialmente desde então, até Feira de Santana alcançar a marca de município com 92% de população urbana em 2010 (IBGE, 2010), num contingente populacional total de 556.642 hab. (Figura 02), atualmente estimados em 612.000 hab. (IBGE CIDADES, 2015).

Figura 02: População total, urbana e rural de Feira de Santana (1940-2014)



Fonte: Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.brasilemcidades.gov.br/src/php/app.php> e SANTOS (2012, p. 158). Elaboração: Oriana Araujo, 2015.

Considerando-se apenas o distrito-sede (a própria cidade de Feira de Santana, excetuando-se os demais distritos urbanos do município), a partir dos dados apresentados por Santo (2012) entre as décadas de 1940 a 2010, o distrito-sede apresentou um crescimento de 449% em sua população urbana. Esse crescimento urbano avassalador, provocou metamorfoses importantes na cidade comercial de Sant’Anna dos Olhos d’Água, transformando-a numa grande cidade, com inúmeros problemas, tão típicos das metrópoles subdesenvolvidas, de modo que atualmente, a densidade demográfica do município é de consideráveis 416 hab./km² (IBGE CIDADES, 2015), cujo padrão de construção predominante ainda é horizontal e não vertical. Apenas recentemente a cidade tem construído edificações verticais em grandes proporções.

Feira de Santana tornou-se um forte pólo de atração de migrantes, de modo que em 2010, um terço de sua população não era natural do município (IBGE, 2010). Grande parte desses migrantes, cuja escolaridade via de regra é baixa, enfrenta uma série de dificuldades e acaba constituindo a população que trabalha nos empregos de menor remuneração ou em sub-empregos, tornando-se excluída do acesso efetivo à cidade. A demanda constante, associada à falta de produção de moradias, tornaram muito caros os aluguéis. A ausência de políticas públicas adequadas e de um planejamento urbano bem elaborado, permitiram que o mercado imobiliário se regulasse. O retardamento na ação dos agentes públicos municipais é nítido, já que, conforme o estudo realizado por Santo (2012), apenas em 1969, fora construído um conjunto habitacional voltado para população de baixa renda (1 a 3 salários mínimos); além disso, entre 1969 até 2010 foram produzidas apenas 20.273 unidades habitacionais ‘populares’. A autora destaca ainda a mudança no padrão de construções, com extrema piora após os anos de

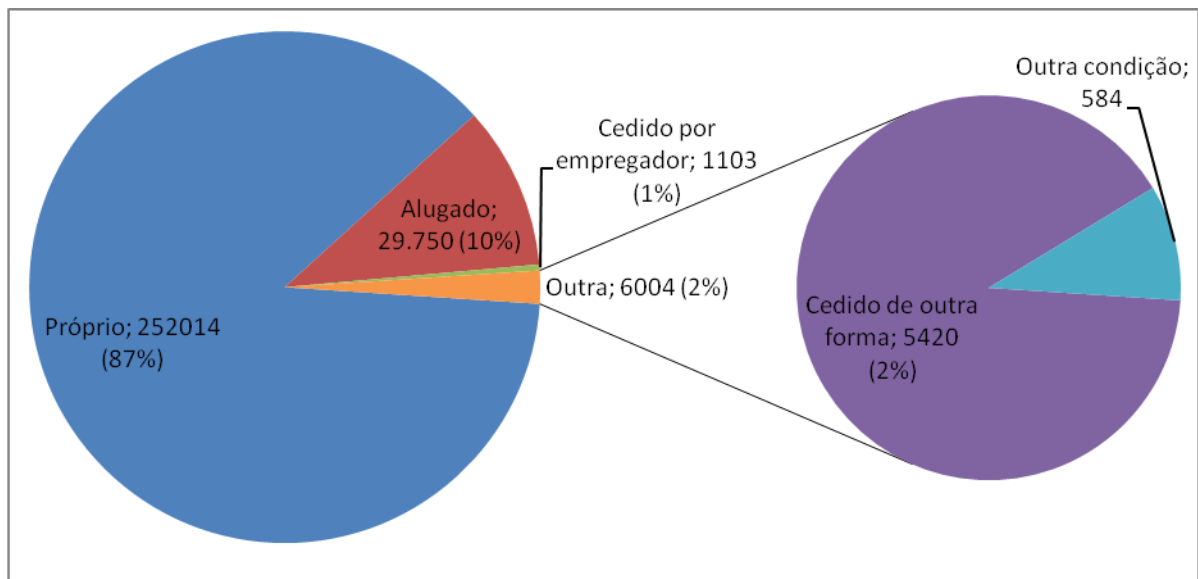
1990, além da escolha de áreas longínquas, isoladas e de difícil acesso para a implantação de muitos dos empreendimentos voltados à população de baixa renda.

Assim, ante a reduzidíssima oferta, aliada aos instrumentos burocráticos que marcaram a aquisição dos imóveis – haja vista a necessidade de comprovação de renda e capacidade de pagamento das prestações – podemos afirmar que a população de baixa renda, especialmente os trabalhadores informais, continuou sem acesso à casa própria. Em 2005, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)ⁱ no âmbito federal, que passou a atender famílias de baixa renda ou sem renda, a fim de doar-lhes a habitação. A mudança impactou significativamente os municípios, mas ainda não consegue suprir o déficit habitacional para essa faixa de renda. Entretanto, como as decisões sobre a construção, especialmente a escolha do local para a instalação dos conjuntos habitacionais, requerem a interferência direta das Prefeituras Municipais e a mobilização e pressão popular ainda não conseguem determinar os melhores locais, temos observado que a prática de segregação espacial ainda se mantém, haja vista – salvo raríssimas exceções – a escolha de locais distantes dos centros das cidades, com sistema de transporte precário e insuficiente para a construção dos conjuntos habitacionais para populações excluídas do mercado imobiliário.

O acesso à moradia, do ponto de vista quantitativo, pode ser mensurado a partir da condição de ocupação dos imóveis: Em Feira de Santana, o IBGE (2010) considerou que 13% dos imóveis ocupados são alugados, cedidos pelos empregadores, cedidos de outra forma ou em outra condição de ocupação, enquanto 87% dos imóveis são próprios (já pagos ou em processo de pagamento), conforme demonstra a Figura 03. Portanto, em números absolutos, em 2010 existiam 36.857 imóveis em Feira de Santana que eram ocupados por pessoas que não possuíam sua posse, o que lhes coloca em condição de vulnerabilidade, haja vista as relações comerciais típicas do inquilinato não assegurar a residência ao inquilino, já que o proprietário pode solicitar a residência a qualquer tempo.

É preciso ainda considerar a pressão econômica que a família sofre ao dispor parte de seus rendimentos para o pagamento do aluguel. Cumpre ressaltarmos que essa aproximação do déficit habitacional em Feira de Santana não considera questões qualitativas, como a escolha pessoal por pagar aluguel, por razões variadas, como a preferência por um local específico da cidade, proximidade familiar ou do trabalho, dentre outras questões subjetivas.

Figura 03: Condição de ocupação dos imóveis de Feira de Santana (2010)



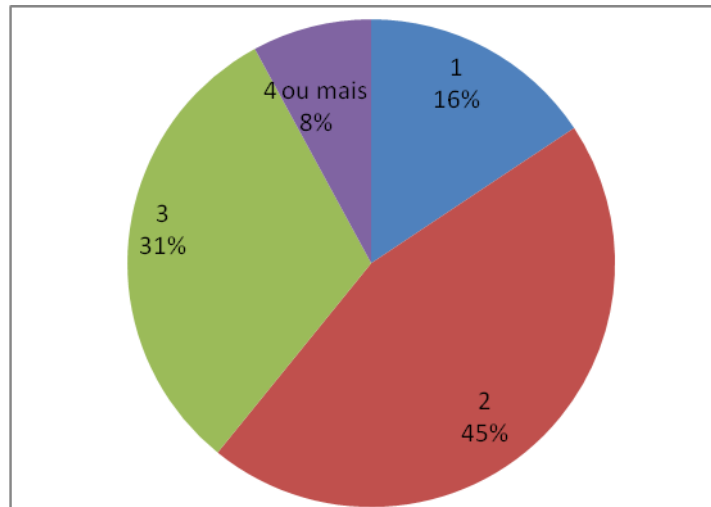
Fonte: IBGE CIDADES@ (2010). Elaboração: Oriana Araujo, 2015.

Além disso, os dados do IBGE (2010) revelam que 15.568 (10%) dos domicílios particulares de Feira de Santana são de alvenaria, mas não possuem revestimento externo das paredes. Ainda mais inadequados são os 675 domicílios construídos com madeira, taipa ou outros materiais.

Se considerarmos o número de cômodos como um indicador de qualidade habitacional, constatamos que 17.355 domicílios feirenses possuem entre 1 até 3 cômodos. Quando analisamos os dados relacionados à moradores de domicílios particulares em relação à quantidade de dormitórios (Figura 04), verificamos que 16% das moradias particulares possuem 1 dormitório e 45% das famílias possuem 2 dormitórios. Somados, correspondem a 61% dos moradores que, via de regra, vivem em casas ou apartamentos muito pequenos ou com cômodos insuficientes em relação ao tamanho médio das famílias feirenses, que segundo o IBGE (2010) é de 3,4 habitantes.

Apesar desses dados, o IBGE considerou que não há favelas (ou aglomerados subnormais) em Feira de Santana, devido à metodologia adotada pelo Instituto, que considera outros fatores como acesso à água tratada, rede de esgotamento sanitário.

Figura 04: Moradores em domicílios particulares permanentes, por número (1, 2, 3 ou 4) de dormitórios (%), em Feira de Santana (2010)



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Oriana Araujo, 2015.

A dificuldade de acesso à moradia própria e de adequação do domicílio a boas condições de habitabilidade, está diretamente relacionada com a pobreza e a exclusão social e, embora estejam diretamente associadas à empregabilidade e ao desemprego, como argumenta Davis (2014), não se explicam apenas pelo desemprego em Feira de Santana, haja vista a taxa de 10% de desempregados ser considerável, mas não tão extrema, contra 90% de empregados, segundo os cálculos realizados a partir dos dados do IBGE (2010).

Interessa então examinarmos a qualidade da remuneração desses empregos, que estão demonstradas no Quadro 01, onde constata-se que 36% da população de Feira de Santana recebe menos de 1 salário mínimo pelo seu trabalho e que 18% recebe de 1 até 2 salários mínimos. Se somarmos os 36% sub-assalariados aos 32% que não possuem rendimentos ou são beneficiárias de programas sociais, temos o desastroso indicador de que 68% dos feirenses vivem muito mal, haja vista que não conseguem o rendimento mínimo mensal para a satisfação de suas necessidades humanas mais imediatas e que estão, sem dúvidas, excluídos do rentável e em expansão mercado imobiliário feirense, haja vista sua reduzida ou nula capacidade de inversão de recursos na compra de moradias, sem a intervenção de custeio público.

Não é demais ressaltar que no Brasil o salário mínimo oficial em 2010 era de R\$510,00, passando a R\$788,00 em 2015. Apesar do relativo aumento real do poder de compra, o valor atual de R\$780,00 está muito distante dos R\$ 3.186,92, que é o valor mínimo necessário para atender às necessidades de uma família com dois filhos, conforme estudo realizado pelo DIEESE (2015). Claro está que se o salário mínimo no Brasil atendesse ao que determina a Constituição Federal de 1988 (salário mínimo constitucional), conforme destaca Ammann (2013), seriam minimizadas as extremas desigualdades sociais que verificamos atualmente.

Quadro 01: Rendimento nominal mensal da população ativa (%) de Feira de Santana (2010)

Até 1	Sem rendimento ou beneficiárias	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20
36	32	18	5	5	3	1	Menos que 1

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Oriana Araujo, 2015.

4. LUTA POR HABITAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA: ACAMPAMENTO QUILOMBO LUCAS DA FEIRA

Ante o quadro de extrema desigualdade social, pauperização da população urbana, crescimento urbano, salário mínimo irrisório, ampliação exorbitante da especulação imobiliária e dificuldade de acesso à moradia, a população excluída de Feira de Santana procurou meios próprios de resolver seu problema habitacional, a partir das tão comuns ‘invasões’ de terrenos públicos e privados que ocorrem na cidade há muitas décadas. Essas invasões se deram, no passado, em áreas especialmente distantes do Centro da cidade, com baixo valor imobiliário, bem como nas áreas de difícil ocupação humana a exemplo do entorno das áreas das lagoas – que, se constituem também em áreas que, por Lei, são de preservação permanente. Entretanto, esses processos de ocupação se deram a partir da união de pessoas com interesses comuns e necessidades imediatas de habitação; via de regra as ocupações se deram em terrenos e as casas foram autoconstruídas, bem como os barracos.

A novidade ocorreu em 2011, quando o Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB) organizou a ocupação da área da antiga fábrica da Alimba, uma empresa de laticínios, que finalizara as atividades e abandonara o imóvel. Não se trata de um grupo de pessoas que ‘invadiram’ um terreno quase que espontaneamente, mas sim de uma ação planejada em busca do direito à moradia, no âmbito dos movimentos socioterritoriais que possuem o território como objeto de luta, como um trunfo essencial à própria existência, conforme os qualifica Fernandes (2005). Nesse sentido, o Acampamento Quilombo Lucas da Feira é constituinte das lutas encampadas pelos movimentos socioterritoriais em prol de justiça social; no entendimento do coordenador estadual:

É o início de um processo de organização da luta, que busca a horizontalidade, autonomia em relação ao Estado e a partidos políticos e religiões e solidariedade como princípios e valores contrapostos ao capitalismo e conta com a mobilização como instrumento educativo. (Pedro Cardoso – Coordenador do MSTB. Entrevista realizada em 13/03/2015, em Salvador-BA).

Buscamos compreender a escolha do nome do acampamento, que *de per si*, já nos indica a estratégia de associação da luta do movimento Sem-Teto à luta dos negros refugiados em quilombos, que se constituíam em territórios de refúgio para negros e índios, que fugiam da escravidão a que eram submetidos, de modo que, como indica Zibechi (2010), no Brasil os quilombos eram espaços de liberdade, que se converteram em emblemas da resistência afrobrasileira hoje reivindicada pelos movimentos sociais, conforme no esclarece Pedro Cardoso:

Todas as ocupações se chamam quilombos porque a gente se inspira na história de 514 anos de resistência dos negros, dos índios, das mulheres [...]. (Pedro Cardoso. Entrevista realizada em 13/03/2015, em Salvador-BA).

A relação com seu correspondente africano - *kilombo* - é explicitada por Munanga (1996), que aponta sua origem lingüística Umbundu, mas sua utilização sociopolítica e militar entre povos bantu, que viviam nos atuais territórios de Angola e Zaire, nos séculos XVI e XVII; devido a conflitos pelo poder, migravam em busca de novos territórios e alianças, de modo que, conforme sua utilização bantu:

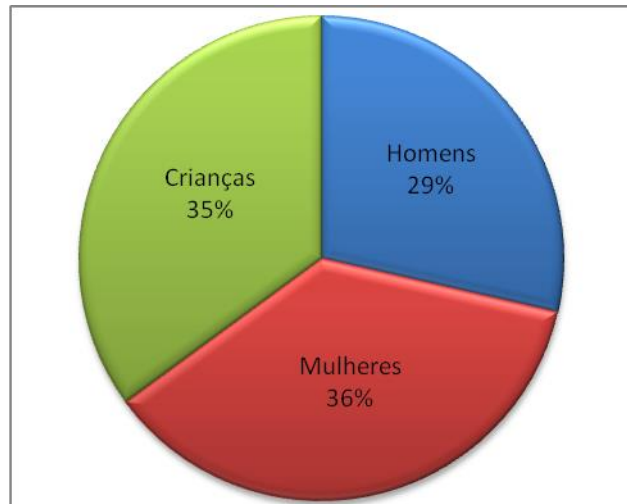
A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos [J. Miller].(MUNANGA, 1996, p. 60).

Quanto a Lucas da Feira, trata-se de um homem negro escravizado nascido em 1807 quando Feira de Santana ainda era a Vila de Sant'Anna da Feira e pertencia à Cachoeira. Lucas rebelou-se contra seu 'proprietário' e fugiu, já que no período escravista uma forma de obter a liberdade era matar o seu 'proprietário', ou fugir dele, escondendo-se para evitar a captura (LIMA, SANTOS E ROSSONI, 2011); por isso, os escravos que se libertaram pela fuga, iam para terras distantes e geralmente de difícil acesso, viver nos quilombos. Não foi o caso de Lucas, que optara por viver ali mesmo, nas cercanias da área urbana, criando um bando que fazia assaltos a tropeiros e cargas na estrada das boiadas, dentre outras ações. Claro está que Lucas tornou-se o 'inimigo número 1' da elite hegemônica feirense, que tratou de difundir todo tipo de discurso pejorativo a seu respeito. Entretanto, a figura do Lucas herói da resistência à opressão, que representava o anseio de liberdade de um povo, parece ser a que melhor lhe cabe.

Na luta contínua pela ressignificação da existência e no anseio para conseguir a posse do lote que ocupam, em junho de 2014, havia um total de 34 famílias efetivamente residentes no Quilombo Lucas da Feira, num total de 77 pessoas, das quais 29% são homens (incluindo-se aí os

adolescentes), 36% são mulheres (incluindo-se as adolescentes) e 35% são crianças, meninos e meninas (Figura 05).

Figura 05: População efetivamente acampada do Quilombo Lucas da Feira - Julho de 2014.



Fonte: Contagem realizada pelos próprios acampados. Elaboração: Oriana Araujo, 2015.

A própria família, elemento primário de proteção social (ALAGABA, 2003), já se encontra ausente ou desestruturada. É notória a maciça participação de mulheres e crianças, que somadas perfazem 71% da população do Quilombo Lucas da Feira. Devido à necessidade de cuidar dos filhos, muitas mulheres possuem dificuldade de encontrar trabalho, bem como de estudar e qualificarem-se para o trabalho, de modo que dependem das rendas adquiridas pelos seus companheiros (quando há); ou ainda, quando solteiras, buscam auxílio nas vizinhas para cuidarem de seus filhos enquanto realizam algum trabalho temporário, como lavar roupas para famílias do entorno da ocupação. De forma análoga, Cloux (2008) constatou a presença de uma maioria de mulheres afro-brasileiras no MTST, em Salvador, que também exercem importantes papéis na liderança do movimento. De modo inverso, Castillo (2007) constatou que entre os sem-teto da Espanha apenas 13% são mulheres, enquanto 87% são homens.

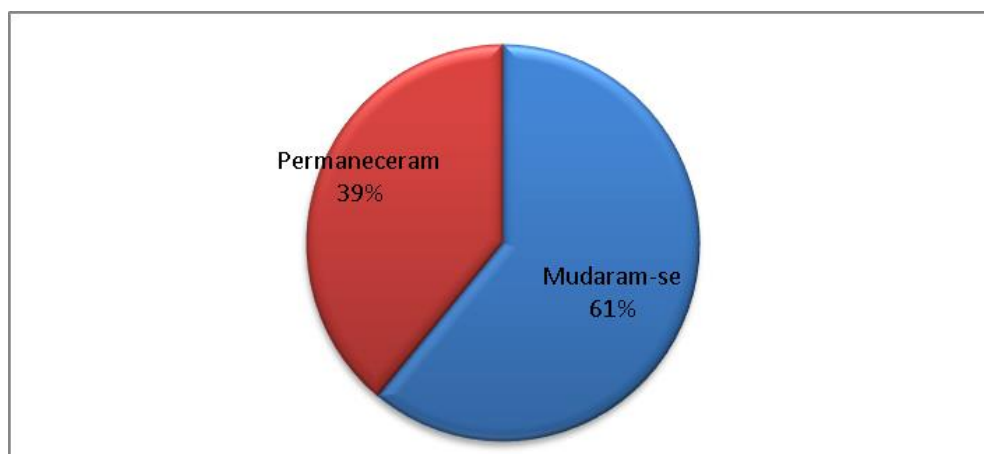
Sobre as crianças é importante destacar o fato de que as que estão em idade escolar frequentam a escola e, nesse ponto, as mães destacaram a localização privilegiada do acampamento em relação à proximidade com escolas da educação básica, o que possibilita que as crianças se dirijam à pé até a escola, mas também destacaram a 'benesse' da proximidade da BR 116, que facilita a carona para a escola. Nenhuma mãe ponderou sobre a vulnerabilidade a que as crianças ficam expostas, tanto do ponto de vista dos acidentes de trânsito quanto do risco à exposição à alienação sexual das que estão na pré-adolescência e na adolescência, muito

comum em cidades brasileiras que são entroncamentos rodoviários, como é o caso de Feira de Santana.

Entretanto, cumpre registrarmos que apesar de todas as crianças irem diariamente à escola, nos assustamos ao constatarmos que nenhuma criança, nem mesmo as pré-adolescentes, sabem ler. É mais uma das facetas do desigual sistema escolar brasileiro: ir à escola pública não significa aprender. Assim, os excluídos do acesso à moradia, começam também a serem excluídos do acesso ao conhecimento formal pela manutenção do analfabetismo, que lhes trará uma série de dificuldades na vida adulta, haja vista as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Ademais, conforme indica Algaba (2003, p. 03) os mais pobres enfrentam dupla discriminação: “No pueden acceder a una vivienda porque carecen de trabajo, pero no consiguen un trabajo porque no disponen de un alojamiento en condiciones que les facilite la estabilidad y los requisitos mínimos que exige el trabajo.”

Apesar de atualmente o ‘Quilombo Lucas da Feira’ contar com 34 famílias efetivamente acampadas, este já possuiu 87 famílias acampadas em abril de 2011, quando da data da ocupação inicial. Essa variação, que corresponde a uma diminuição absoluta de 53 famílias ou, aproximadamente 61% (Figura 06), entre os anos de 2011 a 2014, revela a redução do quantitativo de famílias residentes, mas destaca o poder da resistência dos 39% dos ocupantes que decidiram ficar por todo esse tempo, mesmo em condições muito precárias de moradia e sob as diversas tentativas coercitivas direta ou indiretamente violentas, executadas tanto pela polícia quanto pelos diversos agentes do poder público municipal.

Figura 06: Evolução percentual de domicílio das famílias efetivamente acampadas - Quilombo Lucas da Feira (2011-2014).



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2014.

Essa flutuação da população efetivamente residente, mas não da população cadastrada para esse acampamento, é algo recorrente haja vista as dificuldades de se manterem nos acampamentos devido a diversos fatores, dentre os quais, destaca-se:

- Realização de trabalhos em outros espaços da cidade, como nos relatou alguns moradores e também foi constatado por Souza e Teixeira (2009), em prédios ocupados no Rio de Janeiro;
- Desistência da luta, haja vista todas as dificuldades encontradas e enfrentadas pelos acampados;
- Relativa melhoria de vida de algumas pessoas, que ao encontrarem empregos, mudam-se para locais mais próximos ao trabalho e passam a pagar aluguéis;
- Relocação de acampados que aceitam habitações populares em outras áreas da cidade e desistem da luta pela posse do terreno em questão.

Ocorre o que sintetiza muito claramente uma moradora por nós entrevistada:

Eles fazem de tudo pra gente desistir. [Quem são eles?]. Ah, o dono do terreno, a prefeitura, todo mundo; já prometeram que vão arrumar casa pra gente, mas eu não vou não, porque é num conjunto, em Santo Antônio dos Prazeres [bairro]. Sabe onde é? [não]. Longe de tudo. Eu quero é ficar aqui. Ter a posse daqui. (Entrevista com acampada no Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).

A moradora demonstra perspicácia ao denotar que compreende que há uma junção das forças contrárias à Ocupação: proprietário do terreno mais poder público local, que vão utilizando as mais diferentes formas – desde as judiciais até a oferta de outras possibilidades de moradia a fim de desfazerem a ocupação e manterem a posse da área.

4.1. Razões da resistência, provas da resiliência

Embora não tenhamos realizado um minicenso, observamos a tentativa de extrair da própria terra urbana ocupada alguma possibilidade de sustento, a partir da criação de porcos e galinhas. Há ainda os acampados que prestam serviços ali mesmo: cabeleireiros, manicures, bar, venda de geladinhos. Fomos informados ainda que a maioria dos ocupantes do Quilombo Lucas da Feira está desempregada, vivendo de ‘bicos’ (serviços informais esporádicos), como lavagem de roupas, faxinas em residências próximas, carreto de feiras no centro de abastecimento.

Por essa razão, a localização privilegiada do Quilombo Lucas da Feira (a aproximadamente 10 km do centro da cidade) e sua acessibilidade a diversas áreas da cidade, seja por meio dos transportes públicos coletivos ou de moto, bicicleta ou mesmo à pé, é fundamental para essas pessoas que necessitam buscar alguma forma de sustento diariamente.

Assim, constatamos que a mobilidade urbana é um importante fator para a resistência da ocupação na antiga fábrica da Alimba: Trata-se de um local muito próximo à Universidade Estadual de Feira de Santana, na entrada da cidade para quem chega via BR 116 Norte, com um fluxo de veículos muito denso. Segundo uma moradora:

Olha, um terreno aqui vai valer ouro. Aqui é a Universidade! Tem ônibus toda hora e a gente também pega muita carona. (Entrevista com acampada no Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).

No caso dos militantes em movimentos socioterritoriais, algumas vezes ocorre a tentativa de comercialização dos lotes após a conquista da posse por parte de alguns beneficiados, haja vista o imediatismo da sedução do montante de capital obtido na comercialização. É preciso criar instrumentos que impeçam o uso do terreno como bem econômico, de troca, que tem se convertido na dimensão mais reforçada, tanto pela iniciativa privada quanto pelos governos, ao reduzirem sua atuação na produção de moradias, em detrimento de sua dimensão social, excluindo efetivamente os mais pobres do acesso à moradia e agravando as situações de riscos sociais (RODRÍGUEZ, 2003).

Nesse sentido, trabalhos de politização dos indivíduos, bem como a adoção de bons instrumentos judiciais e de controle internos serão capazes de assegurar a posse e coibir a comercialização. Sabe-se que esta é uma das dificuldades enfrentadas pelas lideranças dos movimentos socioterritoriais e é igualmente uma 'arma' de propaganda negativa muito veiculada pelas mídias, que buscam rotular os acampados como 'interesseiros e especuladores'. Claro está para nós que embora nem todas as pessoas compreendam os valores simbólicos de suas lutas e atitudes, não se pode rotular um coletivo de sujeitos a partir de ações isoladas.

O fato de viverem durante anos em condições muito precárias, resistindo a uma série de problemas, na busca pela moradia deve ser motivo para que consideremos a sua real necessidade, força e coragem, reconhecendo-lhes o mérito de sua luta por inclusão social, num país tão desigual, constituem espaços de condensação de energia e de potencialidades, portador de esperanças, como constatara Bernardes (2006). Reivindicam acesso à moradia, da qual estão efetivamente excluídos e, seu exemplo, conforme indica González (2015), é capaz de inspirar manifestações contra os despejos daqueles que se viram impossibilitados de pagar suas hipotecas, como ocorreu na Espanha, conduzindo a uma modificação na concepção social do problema, de que pessoas irresponsáveis endividaram-se mais do que podiam pagar, para uma concepção de que os problemas advindos das políticas que produziram a cidade neoliberal que não prioriza o bem estar dos cidadãos e conduz boa parcela deles à pobreza e ao despejo, não se pode conceber, criando o movimento dos indignados.

Ainda mais notória se torna a ação dos movimentos de luta pela habitação na Bahia, quando se constata que diferente dos países desenvolvidos, em que as manifestações ocorrem a partir de uma classe média bem instruída, que utiliza amplamente a internet, como exemplificado por González (2015), os movimentos de sem-teto brasileiros são realizados por pessoas que mal se instruíram e/ou estão se instruindo ao fazerem o movimento, apoiados por líderes que geralmente são bem instruídos, como é o caso do filósofo Guilherme Boulos (coordenador nacional do MTST) e do matemático Pedro Cardoso (coordenador do MSTB).

É necessário ainda considerarmos outra dimensão da questão urbana e sua complementaridade com o processo de expulsão camponesa, atrelando-se à questão rural: a expropriação camponesa e a migração de camponeses pauperizados para as cidades, que lhes ‘empurra’ para as periferias e o subemprego. Claro está que uma parte dessas pessoas estaria vivendo muito melhor se pudessem acessar a terra rural e exercer a atividade camponesa, para a qual possuem aptidão. Uma das ocupantes, ao falar sobre suas perspectivas no movimento e a possibilidade de conquista da posse do terreno, indicou:

Aqui, alguns gostam de criar; meu marido comprou filhotes de porcos, outros criam galinha e assim vai vivendo. (Entrevista com acampada no Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).

Outra razão para a permanência no acampamento diz respeito à perspectiva de moradia, aos desejos pessoais, ao sonho de residir ‘melhor’. Uma moradora nos explicou o seguinte:

Muita gente, umas sete pessoas, ganhou casa do Minha Casa Minha Vida [programa habitacional federal], eu também ganhei, lá no Santo Antônio dos Prazeres [vide figura 07]. É muito longe, mas quem teve do que viver lá, foi... Os outros ficaram pra ver se conseguem a conquista da terra... Sair daqui [mostra com orgulho a área que tem – um lote de 10m por 30m; Figura 08], pra ir morar num apartamento, negócio apertado. (Entrevista com acampada no Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).

Figura 07: Unidades habitacionais do residencial Verde Água, em Feira de Santana-BA.



Foto: Edson Ruiz/LUZ.ⁱⁱ.

Figura 08: Residência de militante no movimento Quilombo Lucas da Feira.



Foto: Oriana Araujo, junho de 2014.

Os acampados do Quilombo Lucas da Feira são uma expressão fiel da capacidade de luta, de resiliência, de perseverança e crença na força do movimento social. Assim, embora após visitarmos o acampamento e constatarmos as condições precárias de vida que enfrentam, como o convívio com esgoto a céu aberto, lixo, instalações elétricas precárias a partir de ‘gatos’, uso de banheiro improvisado e compartilhado em péssimas condições (Figura 09), fomos surpreendidos quando uma entrevistada nos disse que a principal dificuldade que enfrenta é a seguinte:

Aqui falta apoio, opinião, projeto... Aqui tem muita criança. (Entrevista com acampada no Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).

Outra entrevistada nos disse que a principal dificuldade que enfrenta é a seguinte:

A polícia não respeita a gente aqui. Entram na casa das pessoas. Acha que todo mundo aqui é bandido, porque quando tem assalto aí na BR, foge por aqui por dentro do acampamento. (Entrevista com acampada no Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).

Figura 09: Local utilizado como banheiro coletivo, no Quilombo Lucas da Feira.



Foto: Oriana Araujo, junho de 2014.

Assim, fica claro que os acampados já não se queixam da falta de estrutura e da precariedade em que vivem, mas sim da relação que a sociedade trava com eles. Sabem que precisam de apoio, de projetos e de respeito da polícia, talvez porque saibam que quando obtiverem isso as demais necessidades serão supridas, haja vista o que poderiam fazer os agentes públicos da administração municipal e estadual, o judiciário e a sociedade civil, se quisessem apoiá-los.

É o reconhecimento de que são excluídos das benesses econômicas e sociais do sistema capitalista atual, de sua integração subalterna e da necessidade tanto de lutas coletivas para a conquista de seus direitos, como de auxílio social para a inclusão, de modo que não falaram em necessidades imediatas, situando-se muito distantes da passividade atribuída aos mais pobres, reivindicando cidadania. Scherer-Warren (2003, p. 84), discute esses elementos em relação às abordagens teóricas da pobreza e os movimentos sociais e associa o Movimento dos Sem-Teto a “[...] partícipes de um *movimento de massas politizadas*, com críticas à sua condição de subcidadania, estratégias de ação politicamente construídas e com uma utopia de transformação.”

4.2. Estratégias da resistência

Sobre as diferentes formas de luta, os moradores do Quilombo Lucas da Feira informaram que estavam ‘meio parados’, sentindo falta de uma liderança mais ativa, haja vista que seu líder local, responsável pela articulação com a coordenação estadual e apoiadores locais – Joquielson Batista - morrera em Salvador, em outubro de 2012ⁱⁱⁱ.

Sistematizamos as informações encontradas em diferentes meios digitais (blogs, sites de jornais), sobre as ações empreendidas no Quilombo Lucas da Feira, tanto por parte dos

acampados, quanto de suas lideranças, bem como dos proprietários e do poder público. De modo geral, as principais estratégias de luta e articulação que encontramos foram as seguintes:

- Movimento de ocupação da fábrica e fixação do acampamento em 23.04.2011, com aproximadamente 87 famílias^{iv};
- Protesto e interdição da BR-116 Norte (sentido Feira de Santana – Serrinha), em 06.06.2011;^v
- Publicação de notícias no blog Feira de Santana de todas as Lutas (2011);
- Atividade cultural e política em 12 de outubro de 2013, com as seguintes atividades: para crianças (pintura de rosto, contação de história, penteado afro, brinquedos, corte de cabelo); almoço (caruru); missa de um ano de morte de Joquielson Batista; roda de conversa sobre moradia e extermínio da juventude negra;

Em Feira de Santana, é importante observar o caráter da espacialidade que a luta adquire: fechar uma BR, numa cidade que é o principal entreposto rodoviário do Nordeste deixa marcas importantes na memória espacial dos usuários dessa BR e dos habitantes que precisam utilizar o setor Norte da cidade, a exemplo dos que se deslocam para a Universidade Estadual de Feira de Santana.

Quanto à relação dos acampados com o MSTB, devido a uma indefinição relacionada à liderança local, observamos que não há o acompanhamento diário ou semanal das questões dos acampados, mas mediações de conflitos mais graves – quando surgem -, bem como assessoria judicial, providenciada pelo MSTB. Em entrevista, o coordenador estadual Pedro Cardoso reconheceu que o MSTB possui ações mais bem estabelecidas em Salvador do que em outros municípios.

Sistematizamos informações acerca das estratégias do poder público municipal e dos proprietários imobiliários para desarticular a ocupação e remover os acampados. Trata-se da velha prática do ‘poder público’ neoliberal do Brasil: pensar as cidades para o capital, para os promotores imobiliários e proprietários fundiários que adotam diferentes estratégias especulativas, como é o caso do terreno da antiga fábrica Alimba fechada há tanto tempo e cuja área aguarda a ‘valorização do terreno’. Quanto aos proprietários imobiliários, acionam a justiça e confiam na manutenção da propriedade privada. Travam a luta na justiça e aguardam a reintegração de posse.

A Prefeitura de Feira de Santana busca encontrar alternativa para o ‘impasse’ propondo a cessão de habitação para alguns acampados e sequer avalia a possibilidade de uma intervenção pública a favor dos mesmos, capaz de propor uma intervenção urbana nos moldes indicados no Estatuto das Cidades e fundada no valor de uso do solo urbano; claro está que a Prefeitura é o agente capaz, dotado de todos os instrumentos para a promoção de uma cidade mais justa,

entretanto sua postura e alinhamento com os poderosos de plantão já não causa espanto a ninguém. Assim, a luta travada é também contra o poder público.

Uma das principais estratégias é a temporal, haja vista que a demora judicial ajuda a diminuir a esperança dos acampados de que a situação será resolvida e de que conseguirão a posse pela qual estão lutando, enfraquecendo o movimento e sua resistência: Busca-se 'vencer pelo cansaço'. Em contrapartida, a principal estratégia dos acampados é a permanência no território acampado. Segundo Pedro Cardoso,

A ação direta é a principal estratégia que usamos: Ocupamos para abrir o canal de negociação e mantemos a ocupação para avançarmos nas conquistas e vamos ficando, a ocupação vai se consolidando e tentamos a regularização. (Pedro Cardoso. Entrevista realizada em 13/03/2015, em Salvador-BA).

5. CONCLUSÃO

O Quilombo Lucas da Feira é a expressão territorial do processo de luta coletiva por inclusão social, a partir da conquista de um direito essencial: o de moradia, iniciado em abril de 2011. A escolha do topônimo 'Quilombo Lucas da Feira', indica que seus líderes e acampados recorrem a significações, apropriações culturais e simbólicas, bem como estratégias políticas de acesso à memória para indicar à sociedade que ali haverá luta contra a opressão, explicitada pela exclusão do acesso à moradia e resistência, demonstrada pela persistência da permanência do acampamento desde 2011, mesmo diante de condições extremamente adversas, calcada no exemplo dos quilombos brasileiros e de rebeldes como Lucas da Feira.

Claro está que as demandas dos acampados do Quilombo Lucas da Feira não dizem respeito apenas à moradia, buscando territorializar-se em espaço cuja mobilidade urbana é efetiva, uma das razões pelas quais mantém-se firmes na luta pela aquisição de lote e moradia no território ocupado.

As estratégias para obtenção da posse são espaciais e judiciais: manifestações, interrupção de trânsito, participação em audiências, processo judicial. Entretanto a principal estratégia é territorial, é a ocupação direta: a permanência dos acampados nos seus prováveis lotes, a despeito de todas as dificuldades e da dúvida quanto à legalização da posse. Outra importante constatação é a maciça participação de mulheres, que correspondem a 71% dos acampados (considerando as meninas, adolescentes e adultas).

Os ocupantes enfrentam muitas dificuldades, das quais destacamos o desemprego, as péssimas condições estruturais do acampamento e dos barracos, bem como da manutenção e educação das crianças que ali vivem (31% dos acampados). Outras, mais sutis, porém

igualmente graves, como o desrespeito da polícia, a falta de apoio da sociedade e o assédio dos agentes municipais para a relocação dos acampados, bem como a dificuldade de estabelecimento de liderança local mais atuante, são obstáculos importantes que os acampados enfrentam.

Essas dificuldades promoveram a redução do número de famílias efetivamente acampadas em 61%, mas igualmente destacam a persistência e capacidade de luta das outras 39% que continuam acampadas e esperançosas na conquista de seu objetivo: ter onde morar, no município de Feira de Santana, que apresentava em 2010 um déficit habitacional quantitativo aproximado de 36.857 imóveis.

Os movimentos socioterritoriais de luta pela habitação, a exemplo do MSTB e do que ocorre na resistência dos ocupantes do Quilombo Lucas da Feira estão à frente de um processo de levante popular no questionamento da exclusão social que moldou a sociedade brasileira ao longo de séculos. São, sem dúvida alguma, importantes e necessários no combate à exclusão social e, principalmente territorial, ao indicarem que

Casa é um direito humano e não uma mercadoria. Casa não é só ter quatro paredes. A luta não é só por moradia, é por mudanças das estruturas sociais. (Pedro Cardoso, entrevista concedida em 13/03/2015).

É preciso considerarmos o caráter politizador que a participação pessoal em uma ocupação de propriedades urbanas, em prol da desapropriação do imóvel e de terrenos, em busca da redistribuição da terra urbana para que cumpra seu papel social exerce sobre a pessoa que acampa, que vive e milita cotidianamente em busca da moradia. Embora uma parcela considerável dos acampados não possua escolaridade básica mínima – a maioria não chegou a cursar o ensino fundamental -, possuem forte grau de politização e sabem exatamente que não lutam apenas por moradia, mas por uma sociedade mais justa. Assim, ao resistir no acampamento, buscam re-existir, sonhando com dias melhores, mesmo enfrentando diversos questionamentos sobre seu potencial transformador: protagonistas da resistência em busca de uma re-existência!

REFERÊNCIAS

ALGABA, A. La discriminación en el acceso al mercado de la vivienda: las desventajas de la inmigración. Novedades y permanências. *Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia e ciências sociais*. Barcelona: Universidad de Barcelona. Vol.VII, num. 146(060), 2003.

AMMANN, S. B. *Expressões da pobreza no Brasil: análise a partir das desigualdades regionais*. São Paulo: Cortez, 2013.

BERNARDES, J. A. *A questão urbana na metrópole e os movimentos sociais: algumas considerações*. In.: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard e OLIVEIRA, José Godinho de (Orgs.). *Metrópole: governo,*

- sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj. P. 223 – 236, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. 61 p., 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf. Acesso em 26 de dezembro de 2014.
- BRASIL. *Estatuto da cidade*: Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata. 2. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 69 p. 2001. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em 10 de fev. de 2015.
- CASTILLO, Prisciliano Cordero Del. Los “sin techo” en España. *Humanismo y Trabajo Social*. Vol. 6. P. 55-70, 2007.
- CLOUX, R. F. MSTs/MSTB: *A Trajetória do Movimento dos Sem-Teto de Salvador/Bahia*. Salvador: Kawo-Kabiyesile. 214p., 2008.
- DAVIS, M. *Planeta de Ciudades Miseria*. Ediciones Akal: Madrid. 263p, 2014.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). <http://www.dieese.org.br/analisecestabasi ca/salarioMinimo.html>. 2015.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, ano 8 nº 6. Presidente Prudente; jan/jun, 2005.
- GONZÁLEZ, R. C. L. *Os movimentos sociais urbanos em Espanha e o seu renascimento após 2010. Uma leitura geográfica*. 16p. No prelo, 2015.
- HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- IBGE. *Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro, [2012]. Disponível em: http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm. 2010.
- IBGE *CIDADES@*. 2010. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=291080&idtema=67&search=bahia|feira-de-santana|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios->
- IBGE. *CIDADES*. (2015). Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291080&search=bahia|feira-de-santana>.
- LIMA, M. O. SANTOS, S. M. F. dos e ROSSONI, I. (2011). Lucas da Vila de Sant'Anna da Feira - resgate da memória de Feira de Santana. *Anais...* Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Prêmio Expocom 2011 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação, 2011. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/expocom/EX28-0220-1.pdf>.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 219p., 2011.
- MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MOREIRA, C. D. *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Aplicadas. 300p., 2007.
- MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. *REVISTA USP*, São Paulo (28): 56-63, dezembro/fevereiro 95/96, 1996.
- PEDON, N. R. *Geografia e movimentos sociais: Dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: Editora UNESP. 250p., 2013.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS*, v.1 – Nº 3 – ANO 3, Maio de 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da (Orgs.). *(Geo)grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana: UEFS Editora. (p. 15 -170), 2010.
- RAMIRES, J. C. de L. e PESSÔA, V. L. S. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa qualitativa. In: MARAFON, G. J. [ET AL.] (Org.). *Pesquisa qualitativa em*

- geografia*: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ. P.23-35., 2013.
- RODRÍGUEZ, C. D. La vivienda em España: reflexiones sobre um desencuentro. Scripta Nova. *Revista eletrtrônica de geografia e ciências sociais*. Barcelona: Universidad de Barcelona. Vol.VII, num. 146(095), 2003.
- SANTO, S. M. *A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940-2010)*. Tese de doutorado em Arquitetura e urbanismo: Universidade Federal da Bahia, Salvador. 275 p., 2012.
- SCHERER-WARREN, I. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. *Política & Sociedade*. Nº 03 – outubro. p. 71-93, 2003.
- SOUZA, M. L. de e TEIXEIRA, E. T. e. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. *Revista CIDADES*. Vol. 6, n.9. Presidente Prudente/ SP: Grupo de Estudos Urbanos/ Expressão Popular. P. 29-66, 2009.
- SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 320p., 2013.
- ZIBECHI, R. Los sin techo de Bahía: La utopía del "buen vivir", 2010. Disponível em: <http://alainet.org/active/37113&lang=es>. Acesso em 25 de fev. de 2015.

i

http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=57&Itemid=93

ii <http://mcmv.caixa.gov.br/natal-antecipado-no-residencial-verde-agua-em-feira-de-santana-ba/>. Acesso em: 17 de jan. de 2015.

iii <http://varelanoticias.com.br/membros-do-mst-protestam-contramorte-de-lider-na-suburbana/>. Acesso em 30 de outubro de 2014.

iv <http://feiradetodasaslutas.wordpress.com/2011/05/31/mstb-ocupao-da-fbrica-da-alimba/>. Acesso em 30 de outubro de 2014.

v Acorda cidade (blog). Sem-tetos realizam manifestação e interditam BR-116 Norte. Postado em 06.06.2011. Disponível em:<http://www.acordacidade.com.br/noticias/76600/sem-tetos-realizam-manifestacao-e-interditam-br-116-norte.html>. Acesso em 19 de fev de 2014.